



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO N 26/2019

Proposio : Projeto de Lei Complementar n 04/2019
Autoria : Executivo
Assunto : Dispõe sobre o plano de carreira do magistério público municipal de guará e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ**, Estado de São Paulo, no uso das suas atribuições legais,

APROVA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO

Art. 1. A presente Lei Complementar estrutura e organiza o Quadro do Magistério Público Municipal de Guará, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Federal 9394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educao Nacional) de 20 de dezembro de 1996, Lei Federal 9424 de 24 de dezembro de 1996 (Lei do FUNDEF), Resolução n. 02/2009 do Conselho Nacional de Educao, Lei Federal n. 11.494, de 20 de junho de 2007 (Lei do FUNDEB) e Lei Federal 11.738/2008 (Lei do Piso Salarial) e denominar-se- Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público de Guará.

Art. 2. Para os efeitos desta Lei Complementar, integram o quadro do Magistério Público Municipal:

I – os profissionais de educao que exercem atividades de docência nas unidades escolares.

II – os profissionais de educao que oferecem suporte, incluídas as atividades de direção ou administração escolar, planejamento, supervisão, coordenação e assessoramento pedagógico.

Pargrafonico. As relações de trabalho entre os integrantes do Quadro do Magistério reger-se-o pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, exceção feita aos ocupantes de cargo público em comissão.

SEÇÃO II DOS CONCEITOS BÁSICOS

Art. 3. Para fins de denominação e nomenclatura, considera-se:

I - **Servidor Público:** toda pessoa física que presta serviços  Administração Pública, independentemente do regime de trabalho e da forma de provimento.

II – **Empregado Público:** a pessoa física legalmente investida em emprego público, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

III – **Emprego ou Funo do Magistério:** o conjunto de atribues e responsabilidades conferidas ao profissional do Magistério Público Municipal.

IV - **Funo de confiança:**  o conjunto de atribues que excedam às atividades normais dos cargos e/ou empregos definidos nesta Lei Complementar, exclusivamente por empregados permanentes ou estáveis, que possuam as habilitaes necessárias, cuja designao será feita por ato do Chefe do Executivo.

V – **Classe:**  o conjunto de empregos e/ou de funes atividades de mesma natureza e igual denominao.

VI – **Referência:** corresponde  ascensão de valor monetário na escala, a partir da classe inicial que identifica o início da carreira.

VIII - **Cargo de Provimento em Comissão:** cargo ocupado por pessoa física que exerce atribues definidas em Lei, em caráter precário e transitório, de livre nomeao e exonerao, pelo Chefe do Executivo.

IX - **Emprego Permanente:** emprego ocupado por pessoa física que exerce atribues específicas, cujo contrato está condicionado  prévia aprovao em concurso público, de provas e títulos, sendo o mesmo exercido em caráter permanente.

X - **Emprego Temporário:** emprego ocupado por pessoa física que exerce atribues específicas, em caráter temporário, cuja contratao está condicionada a classificao em processo público seletivo ou por aproveitamento de classificados em concurso publico vigente.

XI – **Vencimento:**  a retribuio monetária correspondente  referência fixada em Lei, paga mensalmente ao empregado público pelo exercício de cargo ou emprego público.

XII – **Quadro do Magistério Municipal:**  o conjunto de empregos, cuja natureza do provimento pode ser efetiva, em comissão ou funes de confiança, nas atividades de docentes e de profissionais que oferecem suporte administrativo e pedagógico da rede pública municipal.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO SISTEMA DE ENSINO DE GUARÁ

Art. 4. A educao, dever da família e do estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, visa o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificao para o trabalho.

Art. 5. A carreira do Magistério Público Municipal de Guará tem como princípios básicos:

- I – a gestão democrática da Educao.
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- III – pluralismo de ideias e de concepes pedagógicas.
- IV – respeito  liberdade e apreço  tolerância.
- V – o aprimoramento da qualidade de ensino público municipal.
- VI – a valorizao dos profissionais da educao.
- VII – garantia de padrão de qualidade.
- VIII – a valorizao da experiência extra-escolar.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

IX – a vinculao entre a educao escolar, o trabalho e as práticas sociais.

X – escola pública gratuita, de qualidade e para todos os municpes indistintamente.

XI - considerao com a diversidade étnico-racial.

CAPÍTULO III DO QUADRO DO MAGISTÉRIO SEO I DA COMPOSIO

3

Artigo 6. O Quadro do Magistério Municipal será constituído de subquadros, especificados em:

I – empregos públicos permanentes.

II – cargos em comissão

III – funo de confiança

IV - empregos de caráter temporário.

 1. Os subquadros referidos nos incisos anteriores compreendem:

I – efetivo, de caráter permanente, que comportam substituio, destinados  classe de docentes e emprego de suporte pedagógico, a saber:

a) Professor Educao Básica I

b) Professor Educao Básica II

c) Professor Educao Básica I – Substituto

d) Professor Educao Básica II – Substituto

e) Supervisor de Ensino

II – Cargos em Comissão, destinados aos profissionais de educao de suporte pedagógico, a saber:

a) Diretor de Escola

III – Funo de Confiança, destinados aos profissionais de educao de suporte pedagógico, a saber:

a) Vice – Diretor de Escola

b) Assessor Técnico-Pedagógico

 2. Os empregos a que se refere o Inciso IV, do *caput* deste artigo,  constituído de funo docentes de caráter eventual e temporário.

 3. A classe de docente referida no Inciso I compreende empregos de provimento permanente, que comportam substituio e emprego de suporte pedagógico.

 4. A classe de suporte pedagógico a que se refere os Incisos III compreende funo de confiança.

 5. A funo de confiança de vice-diretor somente será preenchida em unidades escolares que tenham no mínimo 300 (trezentos) alunos.

 6. Os empregos de Professor Educao Básica I – Substituto e Professor Educao Básica II – Substituto e Orientador Educacional serão extintos na vacância

 7. O emprego de Orientador Educacional permanece enquadrado na mesma tabela de vencimentos atribuída ao PEB I – Fundamental – Anexo V.

Art. 7. As contratao de caráter temporário estão previstas no art. 27 da presente lei.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 8. As atribuies referentes aos ocupantes de empregos de docentes e suporte pedagógico, constantes do Quadro do Magistério Municipal ficam estabelecidas em conformidade com o anexo II da presente Lei Complementar.

Art. 9. Pelo exercício dos cargos em comissão, da funo de confiança, o ocupante de emprego público permanente do Quadro do Magistério Municipal, receberá o valor definido nesta lei, podendo optar pelo vencimento do cargo efetivo.

Pargrafonico: Na hipótese do servidor público ocupar dois empregos públicos no Município, acumuláveis na forma da lei, o valor da sua remunerao será composta pelos dois empregos.

SEO II DO CAMPO DE ATUAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAO

Art. 10. Os Profissionais da Educao integrantes da classe de docentes exercerão suas atividades na seguinte conformidade:

a) Professor Educao Básica I - nas Creches e Educao Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educao de Jovens e Adultos series iniciais.

b) Professor Educao Básica II – no Ensino Infantil, nos anos iniciais e finais no Ensino Fundamental, na Educao de Jovens e Adultos series finais e na Educao Especial.

c) Professor Educao Básica I – Substituto - nas Creches e Educao Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educao de Jovens e Adultos series iniciais.

d) Professor Educao Básica II – Substituto - no Ensino Infantil, nos anos iniciais e finais no Ensino Fundamental, na Educao de Jovens e Adultos series finais e na Educao Especial.

Art. 11. Os integrantes da classe de suporte pedagógico exercerão suas atividades nos diferentes níveis e modalidades de ensino da educao básica.

CAPÍTULO IV DA JORNADA DE TRABALHO

SEO I DA CONSTITUIO DA JORNADA DE TRABALHO DOCENTE

Art. 12. A jornada semanal de trabalho docente  constituída de horas em atividades com alunos, horas de trabalho pedagógico coletivo, horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha pelo docente e horas de trabalho individual na unidade escolar, a saber:

I - Professor de Educao Básica I e Professor de Educao Básica I Substituto - Infantil: 25 (vinte e cinco) horas semanais que equivalem a 30 (trinta) horas/aulas de 50 minutos, sendo 20 (vinte) horas/aulas semanais em atividades com alunos, 02 (duas) horas/aulas semanais de trabalho pedagógico



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

cumpridas na escola em atividades coletivas e 08 (oito) horas/aulas semanais em local de livre escolha do docente.

II - Professor de Educao Básica I e Professor de Educao Básica I Substituto - Fundamental: 30 (trinta) horas semanais que equivalem a 36 (trinta e seis) horas/aulas de 50 minutos sendo 24 (vinte e quatro) horas/aulas em atividades com alunos, 02 (duas) horas/aulas de trabalho pedagógico cumpridas na escola em atividades coletivas e 10 (dez) horas/aulas em local de livre escolha do docente.

III - Professor de Educao Básica II e Professor de Educao Básica II Substituto – Fundamental - 30 (trinta) horas semanais que equivalem a 36 (trinta e seis) horas/aulas de 50 minutos sendo 24 (vinte e quatro) horas/aulas em atividades com alunos, 02 (duas) horas/aulas de trabalho pedagógico cumpridas na escola em atividades coletivas e 10 (dez) horas/aulas em local de livre escolha do docente.

IV - Professor de Educao Básica II – Fundamental 24 (vinte e quatro) horas semanais que equivalem a 28 (vinte e oito) horas/aulas de 50 minutos sendo 19 (dezenove) horas/aulas em atividades com alunos, 02 (duas) horas/aulas de trabalho pedagógico cumpridas na escola em atividades coletivas, 07 (sete) horas/aulas de trabalho pedagógico em local de livre escolha.

1 Quando o conjunto de atividades com alunos for diferente do previsto no artigo 12 desta Lei Complementar, a esse conjunto corresponderão atividades de planejamento na proporo de 1/3 do total da jornada e, nas hipóteses de suplementao de jornada, essa proporo também será obedecida em relao  jornada acrescida, nos termos da tabela do anexo III.

 2 Os docentes que, a pedido tiveram suas jornadas reduzidas pela administrao, farão jus a permanência na mesma, sendo que na hipótese de retornarem a jornada de ingresso, ficarão impedidos definitivamente de nova reduo.

Art. 13. As jornadas de trabalho previstas nesta Lei Complementar não se aplicam às contrataoes por tempo determinado, que deverão ser retribuídas conforme a carga horária que efetivamente vierem a cumprir.

Art. 14. Entende-se por carga horária o conjunto de horas em atividades com alunos, horas de trabalho pedagógico coletivo na escola (HTPC), horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha (HTPL).

Art. 15. Os docentes poderão exercer complementao de carga horária de trabalho, observado o interesse público.

 1. Entende-se por complementao de carga horária de trabalho o número de horas prestadas pelo docente, além daquelas fixadas para a jornada de trabalho a que estiver sujeito.

 2. O número de horas semanais de complementao de carga horária de trabalho corresponderá  diferença entre o limite de 40 (quarenta) horas e o número de horas previsto nas jornadas de trabalho a que se refere o art. 12, desta Lei Complementar.

 3. A retribuio pecuniária do titular de emprego, por hora prestada a título de complementao de carga horária de trabalho docente também



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

será composta de 2/3 de atividades com alunos e 1/3 de atividade de trabalho pedagógico (HTPC e HTPL).

§ 4. Para efeito de cáculo de remunerao mensal, o mês será considerado como de 4,5 (quatro e meia) semanas, acrescido do Descanso Semanal Remunerado.

Art. 16. A acumulao de 02 (dois) dois empregos docentes ou um emprego de suporte pedagógico com um emprego docente  permitida, respeitados:

I – o limite de 65 (sessenta e cinco) horas;

II – a compatibilidade de horários;

III – a prévia publicao de ato decisório favorável no Diário Oficial do Município.

Art. 17. Poderão ser atribuídas aos ocupantes de emprego permanente de funo docente a complementao de carga horária, a que se refere o art. 15 desta Lei, para o desenvolvimento de projetos de recuperao e/ou outros.

Parágrafo nico. Os projetos referidos no “caput” deverão estar de acordo com a proposta pedagógica da escola e serão aprovados e supervisionados e avaliados pela Secretaria Municipal de Educao.

SEO II

DA JORNADA DE TRABALHO DO PROFISSIONAL DE EDUCAO DE SUPORTE PEDAGÓGICO

Art. 18. Os profissionais de educao de suporte pedagógico terão uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais destinadas ao cumprimento de suas atividades específicas, nas unidades escolares do município ou na Secretaria Municipal de Educao.

SEO III

DAS HORAS DE TRABALHO PEDAGÓGICO

Art. 19. As horas de trabalho pedagógico coletivo deverão ser utilizadas para reuniões e outras atividades pedagógicas e de estudo, organizadas pelo estabelecimento de ensino, bem como para o aperfeiçoamento profissional.

§ 1. As horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha pelo docente destinam-se ao planejamento de aulas e avaliao de trabalho dos alunos e apoio aos projetos das unidades escolares e outras atividades a critério da Direo.

§ 2. As horas de trabalho pedagógico poderão ser cumpridas pelos docentes, na unidade escolar sede de exercício ou na unidade escolar que o docente tenha o maior numero de aulas atribuídas.

Art. 20. A Secretaria Municipal de Educao poderá convocar os docentes para participar de reuniões, palestras, cursos, estudos e outras atividades de interesse da Educao, nos horários normais de aula ou de trabalho pedagógico. As ausências caracterizarão faltas correspondentes ao



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

período para o qual foram convocados e serão injustificadas quando caracterizarem falta de interesse e participação, desde que a convocação não cause prejuízo ao direito de acúmulo de cargo.

CAPÍTULO V DO PROVIMENTO DE EMPREGOS E CARGOS

SEÇÃO I DOS REQUISITOS

Art. 21. Os requisitos para o provimento dos cargos em comissão de empregos da classe de docentes e da classe de suporte pedagógico dar-se-o na forma do anexo I, desta Lei Complementar.

Art. 22. Para os empregos, cargos e/ou funções com exigências de qualificação em nível superior, serão considerados tão somente os cursos realizados em instituições de ensino superior credenciadas pelo Ministério de Educação.

SEÇÃO II DAS FORMAS DE PROVIMENTO

Art. 23. Os provimentos dos empregos permanentes far-se-o através de concurso público de provas e/ou títulos.

Art. 24. O prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período.

Art. 25. Os concursos públicos serão realizados pela Administração Municipal e reger-se-o por instruções especiais, contidas nos editais, publicados obrigatoriamente no Diário Oficial do Município

Parágrafo nico. Os docentes dispensados por justa causa, nos termos da CLT, ficarão impedidos de nova nomeação ou admissão, pela administração pública.

SEÇÃO III DA ADMISSÃO

Art. 26. Admissão  o ato administrativo de convocação daquele que deve ser investido em emprego público.

CAPÍTULO VI DAS CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO

Art. 27. As contratações por tempo determinado para a classe de docentes, far-se-o:

I – para reger classes, bem como ministrar aulas atribuídas a ocupantes de emprego e/ou funções, com afastamentos estabelecidos pela legislação vigente em caráter de substituição.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

II – para reger classes, bem como ministrar aulas cujo número reduzido não justifique a criao de empregos.

III – para reger classes, bem como ministrar aulas provenientes de empregos vagos ou que ainda não tenham sido criados.

IV – para atuar em projetos educacionais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educao.

Art. 28. As contrataes temporárias para exercer as funes da classe de docentes do quadro do magistério far-se-o mediante admissão, devendo ser utilizada classificao de concurso público, caso exista processo em vigência ou mediante processo seletivo de prova escrita.

Art. 29. A qualificao mínima para o preenchimento das contrataes temporárias para o exercício das funes da classe de docente do quadro do magistério, obedecerão às mesmas fixadas no anexo I, desta Lei Complementar.

Pargrafonico. Os profissionais contratados para exercer empregos de caráter temporário, serão regidos pelo Regime Celetista.

CAPÍTULO VII DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO E SUA REMUNERAO

SEO I DA PROGRESSÃO SALARIAL PELA VIA ACADÊMICA

Art. 30. A progressão salarial  a passagem do integrante de emprego de provimento permanente do magistério da referência em que se encontra enquadrado para outra imediatamente superior dentro da classe a que pertence, mediante avaliao de indicadores de crescimento da sua capacidade profissional.

Pargrafonico. A Progressão Salarial dar-se-:

I – pela via acadêmica, considerado o fator habilitaes acadmicas obtidas em grau superior de ensino.

II – pela via não acadêmica, que terá por base os resultados obtidos nos processos de avaliao de desempenho, capacitao e qualificao profissional, visando o reconhecimento do mérito funcional e a otimizao do potencial individual.

Art. 31. A progressão salarial pela via acadêmica tem por objetivo reconhecer a formao acadêmica do profissional do magistério, no respectivo campo de atuao, como um dos fatores relevantes para a melhoria da qualidade de seu trabalho.

Pargrafonico. Fica assegurada a progressão salarial pela via acadêmica, da respectiva classe, dispensados quaisquer interstícios, na seguinte conformidade:

I – Professor de Educao Básica I – Infantil, Professor Substituto de Educao Básica I – Infantil, Professor de Educao Básica I – Fundamental e Professor Substituto de Educao Básica I – Fundamental.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

a) Mediante apresentao de diploma ou certificado de curso de grau superior de ensino de graduao correspondente  licenciatura plena, o docente receberá uma progressão correspondente a faixa II

b) Mediante apresentao de certificado de conclusão de curso de especializao *lato sensu* na área da educao com no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas, o docente receberá uma progressão correspondente a faixa III.

c) Mediante certificado de conclusão de curso de ps-graduao em nível de mestrado, o docente receberá uma progressão correspondente a faixa IV.

d) Mediante apresentao de conclusão de curso de doutorado, o docente receberá uma progressão correspondente a faixa V.

 1 - A progressão prevista no item “a” se aplica somente aos servidores que pertençam ao quadro do magistério de Guará na data da promulgao da presente Lei.

 2 - Os servidores que ingressarem após essa data farão jus as progressões previstas na seguinte conformidade:

a) Mediante apresentao de certificado de conclusão de curso de especializao *lato sensu* na área da educao com no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas, o docente receberá uma progressão correspondente a faixa II.

c) Mediante certificado de conclusão de curso de ps-graduao em nível de mestrado, o docente receberá uma progressão correspondente a faixa III.

d) Mediante apresentao de conclusão de curso de doutorado, o docente receberá uma progressão correspondente a faixa IV.

II - Professor de Educao Básica II, Professor de Educao Básica

II- Substituto

a) Mediante apresentao de certificado de conclusão de curso de especializao *lato sensu* na área da educao com no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas, o docente receberá uma progressão correspondente a faixa II.

b) Mediante certificado de conclusão de curso de ps-graduao em nível de mestrado, o docente receberá uma progressão correspondente a faixa III.

c) Mediante apresentao de conclusão de curso de doutorado, o docente receberá uma progressão correspondente a faixa IV.

III – Supervisor de Ensino:

a) Mediante apresentao de certificado de conclusão de curso de especializao *lato sensu* na área da educao com no mínimo 360 (trezentas e sessenta) horas, o docente receberá uma progressão correspondente a faixa II.

b) Mediante certificado de conclusão de curso de ps-graduao em nível de mestrado, o docente receberá uma progressão correspondente a faixa III.

c) Mediante apresentao de conclusão de curso de doutorado, o docente receberá uma progressão correspondente a faixa IV.

Art. 32. Para efeito de enquadramento, serão aceitos, preliminarmente, certificados de conclusão de cursos de graduao correspondente  licenciatura plena, desde que devidamente reconhecidos, devendo o interessado apresentar, no prazo de 12 (doze) meses, o diploma devidamente registrado no órgão competente.

Parágrafo nico. Na hipótese de inobservância do prazo fixado no “caput” deste art. sem a apresentao de motivos devidamente comprovados e,



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

esgotadas todas as possibilidades, o benefício concedido será anulado, revogando-se seus efeitos  data de sua concessão.

Art. 33. Serão aceitos, para apresentao de título de mestre ou de doutor, respectivamente, certificados de conclusão de curso de ps-graduao “*strictu sensu*”, devidamente credenciados, desde que contenham dados referentes  aprovao da dissertao ou da defesa de tese.

Parágrafo nico. Os títulos previstos no “caput” e no artigo 31 serão considerados uma única vez, vedada sua acumulao para fins de concessão de vantagens pecuniárias.

Art. 34. Para os fins previstos nesta Lei Complementar, somente serão considerados os títulos que guardem estreito vínculo de ordem programática com a natureza das disciplinas, objeto da área de atuao do docente.

Parágrafo nico. Caberá a Secretaria Municipal de Educao, a análise preliminar dos títulos apresentados, de acordo com o disposto no “caput” deste artigo.

Art. 35. Consideram-se impedidos de usufruir os benefícios da progressão salarial prevista nesta Lei Complementar, os integrantes do quadro do magistério, nomeados em comissão para afastamentos em outros órgãos ou funoes fora do sistema Municipal de ensino ou na própria Secretaria Municipal de Educao que não correlatas ao magistério.

Art. 36. O integrante da carreira de magistério, quando nomeado para outro emprego da mesma carreira, poderá reapresentar, para fins de progressão salarial, comprovante de habilitaoes obtidas em grau superior, previstas nos Art. 32 e seguintes, desde que compatíveis com o campo de atuao no novo emprego.

SEO II DA PROGRESSÃO SALARIAL PELA VIA NÃO ACADÊMICA

Art. 37. A Evoluo Funcional pela via não-acadêmica ocorrerá mediante enquadramento em nível superior àquele em que o servidor se encontrava mediante fatores de “atualizao”, “aperfeiçoamento” e “produo profissional”, que são considerados, para efeito desta Lei como indicadores do crescimento da capacidade, qualidade e produtividade de trabalho do profissional do magistério.

 1. Aos fatores de que trata o *caput* deste artigo serão atribuídos pesos, calculados a partir de itens correspondentes de cada fator aos quais serão conferidos pontos, segundo critérios a serem estabelecidos em regulamento.

 2. Nos graus iniciais das classes dos profissionais do magistério, o fator “aperfeiçoamento” e o fator “atualizao” tero maior peso do que o fator “produo profissional”, invertendo-se a relao nos níveis finais.

 3. Consideram-se componentes de fator “atualizao” e de fator “aperfeiçoamento” os estágios e cursos de formao complementar, no respectivo campo de atuao que somados totalizem carga horária igual ou superior a 30 (trinta) horas, realizados pela Secretaria Municipal de Educao ou por



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

instituies reconhecidas, aos quais serão atribuídos pontos conforme a sua especificidade.

 4. Consideram-se componentes do fator “produção profissional” as produções individuais e coletivas realizadas pelo profissional do magistério, em seu campo de atuação, às quais serão atribuídos pontos, conforme suas características e especificidades.

 5. Os cursos e estágios previstos no  3 deste artigo, bem como os itens da produção profissional, serão considerados umanica vez, vedada a sua acumulação.

 6. Para efeito da evolução prevista no *caput* serão considerados os certificados de conclusão dos estágios e cursos de formação complementar expedidos a partir do ingresso do docente no quadro do magistério público municipal de Guará, correspondentes  respectiva área de atuação.

Art. 38. Para fins da Evolução Funcional prevista no artigo anterior, deverão ser cumpridos interstícios mínimos, computado sempre o tempo de efetivo exercício do profissional do magistério no grau em que estiver enquadrado, na seguinte conformidade:

I – série de classes dos docentes:

- a) do grau A para o grau B - 05 (quatro) anos;
- b) do grau B para o grau C - 05 (quatro) anos;
- c) do grau C para o grau D - 05 (cinco) anos;
- d) do grau D para o grau E - 05 (cinco) anos, e
- e) do grau E para o grau F - 05 (cinco) anos.

II - classes de suporte pedagógico:

- a) do grau A para o grau B - 05 (quatro) anos;
- b) do grau B para o grau C - 05 (quatro) anos;
- c) do grau C para o grau D - 05 (cinco) anos,
- d) do grau D para o grau E – 05 (cinco) anos, e
- e) do grau E para o grau F – 05 (cinco) anos

Art. 39. Suspender-se- o interstício a que se refere o artigo anterior quando o servidor estiver:

- I - licenciado para tratamento de saúde, por prazo superior a 6 (seis) meses;
- II - afastado para freqüentar cursos de ps-graduação, aperfeiçoamento, especialização ou atualização, no país ou no exterior;
- III - afastado em razão de suspensão de contrato de trabalho para tratar de assuntos particulares;
- IV - afastado para prestar serviço que não caracterize docência ou função de suporte pedagógico;
- V - demais afastamentos previstos na legislação quando forem superiores a 06 (seis) meses.

Art. 40. Fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada pelo Chefe do Executivo Municipal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação da presente lei, a instituir uma Comissão de Gestão da Evolução Funcional, com a atribuição de estabelecer os critérios para Evolução Funcional pela via não acadêmica, considerando os seguintes itens:

- I - qualificação em cursos de formação continuada, fora do horário de trabalho;
- II - mérito por assiduidade;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

- III - avaliao de aferio de desempenho;
- IV - produo profissional.

Art. 41. Compete a Comissão Municipal:

- I - desenvolver as atividades que as leis, regulamentos e instrues lhes atribuírem;
- II – desenvolver avaliaes de desempenho para efeitos de evoluo salarial;

12

Art. 42. São impedidos de intervir em qualquer ato do processo de avaliao de desempenho, o cnjugue, o companheiro, ou parente do avaliado, consangneo ou afim em linha reta ou colateral até o 3 (terceiro) grau.

Art. 43. Sempre que ocorrer a hipótese prevista neste artigo, o membro da Comissão de Avaliao de Desempenho deverá declarar-se suspeito, sob pena de nulidade do ato, quando então será substituído por suplente.

SEÇÃO III DA FORMA DE CONCESSÃO

Art. 44. O processo de progressão salarial na carreira, seja pela via acadêmica ou não acadêmica ocorrerá desde que observada a disponibilidade financeira e orçamentária do Município, e o limite legal de despesa com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei n 101/2000, sendo privativo do Chefe do Executivo Municipal o ato de concessão e o respectivo registro.

1. A Secretaria Municipal de Educao deverá encaminhar a Secretaria de Administrao a relao dos servidores que fizerem jus aos benefícios da progressão, mediante requerimento do interessado.

 2. Em nenhuma hipótese o integrante do quadro do magistério que figurar como apto  progressão poderá ser preterido em favor de outro.

Art. 45. Constatado ou mediante provocao escrita, que houve progressão indevida, prejudicando assim um profissional em benefício de outro, será o ato imediatamente anulado.

Parágrafo nico. O empregado a quem cabia a progressão, receberá a diferença de retribuio a que tiver direito, retroativamente a data em que ocorreu a progressão indevida.

Art. 46. As progressões salariais se darão a partir do enquadramento realizado após a vigência desta Lei Complementar.

Art. 47. Os efeitos do enquadramento do docente no quadro do magistério com reconhecimento da progressão salarial pela via acadêmica prevista nesta Lei Complementar, tero vigência a partir da data do requerimento do interessado e mediante comprovao da documentao prevista nesta lei.

CAPITULO VIII DO ESTÁGIO PROBATÓRIO



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 48. Estágio Probatório corresponde ao período em que o empregado público deve ser constantemente avaliado para fins de obtenção de sua efetividade ou não no serviço público.

 1. O Estágio Probatório compreende o período de 03 (três) anos de efetivo exercício do empregado público municipal, cujo ingresso tenha sido proveniente de concurso público de provas e títulos.

 2. No período de estágio probatório serão apurados requisitos e critérios, através da avaliação de desempenho, elencados na legislação própria do Município.

13

CAPÍTULO IX DA REMUNERAÇÃO E DAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS SEÇÃO I DA REMUNERAÇÃO

Art. 49. A Remuneração dos integrantes do quadro do magistério público municipal será constituída do piso salarial ou slrio base contemplado com as vantagens advindas da progressão salarial da carreira, definidos pelas enquadramentos nas referências devidas pelas progressões, mais as vantagens pecuniárias constantes da legislação vigente.

Art. 50. Constituem vantagens pecuniárias dos empregados abrangidos por esta Lei Complementar, além das suas respectivas remunerações acrescidas dos direitos previstos pela Constituição Federal e pela CLT, os demais direitos previstos nas legislações municipais específicas, desde que não conflitem com as normas estabelecidas nesta lei.

SEÇÃO II DA APOSENTADORIA

Art. 51. A aposentadoria dos empregados públicos municipais esta disciplinada em legislação própria e em conformidade com as normas constitucionais e legislação infra-constitucional aplicáveis a espécie.

CAPÍTULO X DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

Art. 52. A Secretaria Municipal de Educação no cumprimento do disposto nos arts. 67 e 87 da Lei Federal não 9394/96, envidará esforços para implementar programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício, com programas de capacitação, aperfeiçoamento e atualização no serviço, sem prejuízos do trabalho pedagógico.

 1. Os programas de que trata o “caput” deste Art. poderão ser desenvolvidos em parceria com instituições que mantenham atividades na área de educação.

 2. Deverão levar em consideração as prioridades das áreas curriculares carentes de professores, a situação funcional dos professores e a utilização de metodologias diversificadas, as que utilizam recursos da educação  distância e a inclusão de alunos.



CAPÍTULO XI DOS DEVERES E DIREITOS DO MAGISTÉRIO

SEÇÃO I DOS DEVERES

Art. 53. Além dos deveres comuns aos empregados públicos municipais, cumpre aos membros do Quadro do Magistério Municipal, no desempenho de suas atividades:

I – preservar os princípios, os ideais e os fins da educao brasileira, através do seu desempenho profissional.

II – empenhar-se na educao integral do aluno, inculcando-lhe o espírito de solidariedade humana, de justiça e cooperao, o respeito às autoridades constituídas e o amor  Pátria.

III – respeitar a integridade do aluno.

IV – desempenhar atribuoes, funoes e empregos permanentes específicos do magistério com eficiência, zelo e presteza.

V – manter o espírito de cooperao com a equipe da escola e a comunidade em geral, visando  construo de uma sociedade democrática.

VI – conhecer e respeitar as leis.

VII – participar do conselho de Escola e/ou APM.

VIII – manter a Secretaria Municipal de Educao informada do desenvolvimento do processo educacional, expondo suas críticas e apresentando sugestões para a sua melhoria.

IX – buscar o seu constante aperfeiçoamento profissional através de participao em cursos, reuniões, seminários, sem prejuízo de suas funoes.

X – cumprir ordens superiores, representando a autoridade competente quando forem manifestamente ilegais.

XI – respeitar o aluno como sujeito do processo educativo e comprometer-se com a eficácia de seu aprendizado.

XII – zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela reputao dos educadores.

XIII – participar do processo de planejamento, execuo e avaliao das atividades escolares.

XIV – tratar com urbanidade, respeito e igualdade a todos os alunos, pais, funcionários e servidores do Quadro do Magistério.

XV – participar de todas as atividades inerentes e correlatas ao processo de ensino aprendizagem.

XVI – impedir toda e qualquer manifestao de preconceito social, racial, religioso e ideológico.

XVII – não se ausentar do serviço durante o expediente, sem prévia autorizao do superior imediato.

XVIII – participar das convocaes, reuniões de conselhos, de pais e alunos, desde que o servidor não tenha acúmulo de cargo ou outra atividade profissional no período em que ocorrerão essas atividades.

Parágrafo nico. Constitui falta grave impedir que o aluno participe das atividades escolares em razão de qualquer carência material.

SEÇÃO II DOS DIREITOS



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 54. Além dos previstos em outras normas, são direitos dos integrantes do Quadro do Magistério.

I – ter ao seu alcance informações educacionais, bibliográficas e outros recursos para a melhoria do desempenho profissional e ampliação de seus conhecimentos.

II – ter assegurado, mediante prévia consulta e autorização do Secretaria Municipal de Educação a oportunidade de frequentar cursos de capacitação e treinamento que visem  melhoria de seu desempenho e aprimoramento do processo educacional, desde que não prejudique as atividades escolares.

III – participar das deliberaes que afetam a vida e as funes da unidade escolar e desenvolvimento eficiente do processo educacional.

IV – contar com um sistema permanente de orientao e assistncia que estimule e contribua para um melhor desempenho de suas atribuies.

V – dispor de condies de trabalho que permitam dedicao às suas tarefas profissionais e propiciem a eficincia e eficcia do ensino.

VI – reunir-se na unidade escolar para tratar de assuntos da categoria e da educao em geral, sem prejuízo das atividades escolares, desde que a Secretaria Municipal de Educao, esteja previamente informada.

VII – ter a liberdade de escolha e de utilizao de materiais, de procedimentos didáticos e de instrumentos de avaliao do processo ensino-aprendizagem, dentro dos princípios psicopedagógicos, objetivando alicerçar o respeito  pessoa humana e a construo do bem comum, sem comprometer a linha pedagógica adotada.

VIII – gozar de 30 (trinta) dias de férias anuais, podendo ser fracionadas em dois períodos, nos meses de janeiro e julho e o recesso escolar, nos termos estabelecidos pela Administrao Municipal, de acordo com o calendário letivo, excetuando-se os profissionais de suporte pedagógico que tem direito 30 (trinta) dias anuais de férias.

Pargrafonico. Aos docentes contratados serão resguardados somente os direitos previstos na CLT – Consolidao das Leis do Trabalho.

IX - As faltas ao serviço, até no máximo seis por ano, não excedendo uma por mês, em razão de moléstia ou outro motivo relevante, desde comunicado com antecedência ou até o primeiro dia que comparecer a repartio, a critério do diretor da unidade, sem perda de assiduidade, não servindo faltas aulas fracionadas.

CAPÍTULO XII DOS AFASTAMENTOS

Art. 55. Os ocupantes da classe de docentes e/ou suporte pedagógico poderão ser afastados, respeitando o interesse da Administrao Municipal para:

I – ocupar cargo de provimento em comissão.

II – exercer atividades inerentes ou correlatas ao magistério em empregos ou funes previstas na Secretaria Municipal de Educao.

III – exercer emprego ou substituir ocupante de funo ou cargo, desde que da mesma classe, classificado em qualquer unidade escolar do município.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

IV – exercer, junto a entidades conveniadas com a Secretaria Municipal de Educao, sem prejuos de vencimentos e das demais vantagens do emprego, atividades inerentes ao magistério.

V – frequentar cursos de ps-graduao em nível de mestrado e/ou doutorado.

VI – atuar em projetos educacionais desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Educao.

§ 1. Consideram-se atribues inerentes às do magistério aquelas que são próprias do emprego e da função docente do Quadro de Magistério.

§ 2. Consideram-se atribues correlatas às do magistério aquelas relacionadas com a docência em outras modalidades de ensino, bem como as de natureza técnica.

Art. 56. Os afastamentos referidos no Art. anterior, incisos I, II, III, IV e VI serão concedidos sem prejuízo de vencimentos e das demais vantagens de seu emprego de origem.

Pargrafonico. Será considerado suspenso o contrato de trabalho do docente que requerer afastamento para frequentar cursos de ps-graduao em nível de mestrado e/ou doutorado, observando-se as disposições do artigo 15 da Lei Federal n 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 57. O docente que ocupar cargo em comissão ou função de confiança, ao deixar de exercer as atribues atinentes ao cargo ou função, voltará a receber o slrio do seu emprego de origem.

Pargrafonico. O docente designado para exercer cargo em comissão ou função de confiança poderá optar por receber o slrio de seu emprego de origem, quando este for superior.

Art. 58. Os afastamentos para outrosrgos ou funções fora do sistema municipal de ensino ou na própria Secretaria Municipal de Educao, que não correlatas ao magistério serão concedidos com prejuízo dos vencimentos e das demais vantagens do emprego.

Art. 59. Serão considerados de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, os dias em que o funcionário estiver afastado do serviço em virtude de:

I – férias.

II – casamento, 09 (nove) dias. - art. 320 da CLT

III – falecimento do cônjuge, filhos e pais, 09 (nove) dias - art. 320 da CLT

IV - falecimento de irmãos e de outras pessoas declaradas na carteira de trabalho e previdência social sob dependência econmica do docente, 02 (dois) dias.

V – serviços obrigatórios por lei.

VI – licença quando acidentado no exercício de suas atribues ou decorrente de doença profissional ou doença infecto-contagiosa, nos termos fixados em lei.

VII – licença a funcionária gestante, nos termos fixados em lei

VIII – licença paternidade nos termos fixados em lei



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

CAPÍTULO XIII DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 60. Observados os requisitos legais, haverá substituição durante o impedimento legal e temporário dos docentes e profissionais de educação de suporte pedagógico e administrativo.

§ 1º. A substituição poderá ser exercida por ocupante de emprego da mesma classe de docentes, classificado em qualquer unidade escolar do município.

§ 2º. O ocupante de emprego do Quadro do Magistério poderá, também, exercer emprego vago da mesma classe, nas mesmas condições do parágrafo anterior.

§ 3º. Na inexistência de professor titular de emprego, a substituição poderá ser exercida por docente classificado em concurso público ou processo seletivo de provas e títulos, observada a qualificação mínima estabelecida na presente Lei.

Art. 61. Para as funções em designação, haverá substituição nos afastamentos estabelecidos na legislação vigente, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Art. 62. As substituições na função docente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, sempre que possível, serão efetuadas por docentes de empregos em provimento permanente e, na impossibilidade, serão admitidos através do processo seletivo de provas escritas.

Parágrafo único. O pagamento das substituições de que trata este artigo será efetuado da seguinte conformidade:

I – se a substituição se der por até 50% (cinquenta por cento) da carga horária mensal à qual está submetido o substituto, o mesmo receberá pelo valor da hora/aula do seu nível de vencimento;

II – se a substituição ultrapassar os 50% (cinquenta por cento) da carga horária mensal à qual está sujeito o substituto, o mesmo receberá as horas excedentes no valor da hora/aula do nível inicial do substituído.

III. Se a substituição não for considerada eventual, a remuneração do substituto será feita com base no padrão referente à sua qualificação profissional, observado o Anexo V desta lei.

Art. 63. Para o cumprimento do estabelecido neste capítulo, consideram-se afastamentos legais, os previstos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional em vigor.

Art. 64. Os efeitos das substituições cessam automaticamente com a reassunção do titular ou com a vacância do emprego.

CAPÍTULO XIV SEÇÃO I DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 65. Para fins de atribuio de classes e/ou aulas, os docentes do mesmo campo de atuao das classes e/ou aulas serão classificados, observada a seguinte ordem de preferência, quanto:

I –  situao funcional:

a) professores conveniados.

b) titulares de emprego, providos mediante concurso de provas e títulos, correspondentes aos componentes curriculares das classes e/ou aulas a serem atribuídas.

II – tempo de serviço

a) tempo de serviço no magistério público municipal no período de 1(um) ano a partir de 30 de junho do ano em curso, descontados os períodos de afastamentos, licenças médicas e outros afastamentos regulamentares, atribuindo 1 (um) ponto por dia trabalhado de acordo com o calendário escolar.

b) Ao tempo de serviço, serão adicionados uma pontuao de acordo com a assiduidade de cada docente nas seguintes condioes:

1- 0 faltas anual: 500 pontos;

2- 1 falta anual: 400 pontos;

3- 2 faltas anuais: 300 pontos;

4- 3 faltas anuais: 200 pontos;

5- 4 faltas anuais: 100 pontos;

6- 5 faltas anuais: 50 pontos;

 1. A ausência as faltas-aulas serão computadas na seguinte forma:

Carga horária semanal a ser cumprida na Unidade Escolar	Numero de horas não cumpridas que caracterizam a “falta-dia”
02 a 07	1
08 a 12	2
13 a 17	3
18 a 22	4
23 a 27	5
28 a 32	6
33 a 35	7

III – quanto aos títulos: ps graduao

a) diplomas de mestre correspondente ao campo de atuao relativo às classes e/ou aulas a serem atribuídos 100 (cem) pontos cada títulos.

b) diplomas de doutor, correspondente ao campo de atuao relativo às classes e/ou aulas a serem atribuídos 200 (duzentos) pontos cada títulos.

 1. No caso de professor contratado por prazo determinado em caráter temporário a atribuio de aulas deverá respeitar a lista classificatória.

 2. As ausências previstas no art. 54, inciso IX, não se aplicam ao item II, alínea ”b”, deste artigo.

Art. 66. Compete a Secretaria Municipal de Educao, atribuir classes e/ou aulas aos docentes, respeitando a escala de classificao da Unidade Escolar e após classificao geral do município.

Pargrafonico. A Prefeitura Municipal de Guará através de edital expedirá, se necessário, normas complementares, na época devida, contendo instruoes necessárias ao cumprimento deste Artigo.



SEÇÃO II DA REMOÇÃO

Art. 67. Remoção  a movimentação dos integrantes do Quadro do Magistério entre as unidades escolares pertencentes  Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo nico. A remoção dar-se-:

- 1 – *ex-officio*, no interesse da Administração.
- 2 – pela classificação de atribuição de aulas;
- 3 – por permuta

Art. 68. As inscriçoes para remoção por classificação de atribuição serão feitas mediante requerimento de inscrição.

 1. - O concurso de remoção deverá preceder o de preenchimento de emprego permanente.

 2. - O professor contratado em caráter permanente durante ano letivo, após o início das aulas terá sua sede de exercício provisória, devendo a Secretaria de Educação fixá-la após o concurso de remoção.

 3 - As vagas para remoção compreenderão:

1 – as livres, que são as existentes nas unidades escolares, em decorrência de vacância de cargos, bem como instalaçoes de novas turmas, classes ou unidades escolares;

2 – as potenciais, que são pertencentes aos candidatos inscritos para remoção.

Art. 69. A remoção por permuta será realizada em período diverso  remoção por títulos e s será admissível no período compreendido entre o término de um ano letivo e o início do outro.

Parágrafo nico. A remoção por permuta far-se- através de requerimento de ambos os interessados e autorização da Secretaria Municipal de Educação, não podendo todavia, permutar os integrantes do quadro do magistério que:

- 1 - não estejam no efetivo exercício de seu cargo;
- 2 – tenha alcançado o tempo de serviço necessário  aposentadoria ou para aqueles a quem falte apenas 3 (três) anos para completar este prazo;
- 3 – encontrem-se em processo de avaliação médica para readaptação profissional;
- 4 – pretendam permuta para unidade de lotação com quadro excedente na mesma área de atuação que a sua.

Art. 70. Caberá a Secretaria Municipal de Educação, se necessário, baixar normas complementares para o procedimento de remoção.

CAPÍTULO XV DAS DISPOSIÇOES GERAIS

Art. 71. Ficam os docentes e profissionais da classe de suporte pedagógico, ocupantes de empregos de provimento permanente



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

enquadrados neste Plano de Carreira e Remunerao do Magistério Público Municipal.

Art. 72. Integram-se a este Plano de Carreira e Remunerao do Magistério Público Municipal, no que couber, o titular de emprego no sistema Municipal de Ensino, admitido através de concurso público ou que seja considerado estável pelo artigo 19 do Ato das Disposioes Constitucionais Transitórias.

Art. 73. A Secretaria de Administrao com a colaborao da Secretaria Municipal de Educao apostilaro os títulos e farão as devidas anotaoes nos prontuários dos profissionais de educao abrangidos por esta Lei Complementar.

Art. 74. Aplica-se subsidiariamente aos integrantes do quadro do magistério, naquilo que com o presente não conflitar, as disposioes da legislao municipal vigente, em especial a Lei Municipal não 1.474, de 28 de dezembro de 2007, que dispo sobre os deveres, responsabilidades, penalidades e regras para a Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, submetidas aos servidores da Prefeitura Municipal de Guará.

Parágrafo nico : As disposioes da presente lei aplicam-se aos Servidores Estatutários integrantes do quadro do magistério e aos Cargos e Empregos em extino na vacância, enquanto permanecer o vínculo com o município.

CAPÍTULO XVI DAS DISPOSIOES FINAIS

Art. 75. O número de professores do Quadro do Magistério Público Municipal deverá ser o correspondente ao número de classes e/ou aulas existentes, devendo a Secretaria Municipal de Educao divulgar esse número até 10 (dez) dias anteriores  atribuio de classes e/ou aulas.

Art. 76. As despesas decorrentes da execuo da presente Lei correrão por conta das dotaoes próprias consignadas em orçamentos suplementados, se necessário, na forma legal.

Art. 77. Fica o Poder Executivo autorizado a baixar as normas regulamentares necessárias  execuo da presente Lei Complementar.

Art. 78. Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicao, revogando-se as disposioes em contrário, especialmente a Lei Complementar não 056, de 07 de abril de 2008 e suas posteriores alteraoes.

Câmara Municipal de Guará/SP, 23 de maio de 2019.

Regina Rodrigues Coelho
Presidente



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Fabiana Junqueira Seribeli
1ª Secretária

21

Valdeir Ponciano da Silva
2º Secretário



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

ANEXO I - A que se refere o Art. 6 da presente Lei

DENONINAÇÃO	FORMAS DE PROVIMENTO	REQUISITOS PARA PROVIMENTO
CLASSE DE DOCENTES		
Professor de Educao Básica I e Professor de Educao Básica I – Substituto	Concurso público de provas e títulos	Curso Normal Superior e/ou Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitao de Magistério nas séries iniciais e/ou educao infantil.
Professor de Educao Básica II e Professor de Educao Básica II – Substituto	Concurso público de provas e títulos	Curso superior, Licenciatura de graduao plena com habilitao específica ou formao superior na área correspondente e complementao nos termos da legislao vigente e; Curso de especializao de 360 horas para os profissionais que forem atuar na Educao Especial
CLASSE DE SUPORTE PEDAGÓGICO		
Diretor de Escola	Cargo em Comissão	Curso Superior ou Pós Graduao na área de Educao e ter no mínimo 03 (três) anos de exercício efetivo no magistério público ou privado.
Vice- Diretor de Escola	Funo de Confiança	Curso Superior ou Pós Graduao na área de Educao e ter no mínimo 03 (três) anos de exercício efetivo no magistério público ou privado.
Assessor Técnico- Pedagógico	Funo de Confiança	Curso Superior ou Pós Graduao na área de Educao e ter no mínimo 03 (três) anos de exercício efetivo no magistério público ou privado.
Supervisor de Ensino	Concurso público de provas e títulos	Licenciatura Plena em Pedagogia e ou ps-graduao na área de Educao e ter no mínimo 03 (três) anos de exercício efetivo no magistério público ou privado



ANEXO II - A que se refere o Artigo 8 da presente Lei DENOMINAAO DO EMPREGO Professor Educaçao Básica I - Educaçao Infantil

Atribuioes

23

1. – Docencia na Educaçao Infantil incluindo, entre outras, as seguintes atribuioes:
 - 1.1- Integrar-se ao esforço coletivo de elaboraçao, desenvolvimento e avaliaçao da proposta pedagógica da creche e do Ensino Infantil, tendo como perspectiva um projeto global de construçao de um novo patamar de qualidade para a Educaçao Infantil.
 - 1.2- Promover a integraao entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos/ linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela  um ser total, completo e indivisível.
 - 1.3- Preparar aulas, pesquisando e selecionando materiais e informaçoes.
 - 1.4- Produzir materiais e recursos para utilizaçao didática, diversificando as possíveis atividades e potencializando seu uso em diferentes situaoes.
 - 1.5- Acompanhar e orientar cuidados necessários como troca de fraldas, banho e alimentaao.
 - 1.6- Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento,  avaliaçao e ao desenvolvimento profissional.
 - 1.7- Colaborar com as atividades de articulaao da escola com as famílias e a comunidade.
 - 1.8- Investigar problemas que se colocam no cotidiano da instituiao e construir soluçoes criativas mediante reflexão socialmente contextualizada e teoricamente fundamentada sobre a prática.
 - 1.9- Desenvolver práticas educativas que contemplem o modo singular de inserao dos alunos, considerando abordagens condizentes com a sua identidade e o exercício da cidadania plena, ou seja, as especificidades do processo de pensamento, da realidade socioeconmica, da diversidade cultural, étnica, de religiao e de gnero, nas situaoes de aprendizagem.
 - 1.10- Avaliar a adequaao das escolhas feitas no exercício da docencia,  luz do processo constitutivo da identidade cidadã de todos os integrantes da comunidade escolar, das diretrizes curriculares nacionais da educaao infantil e das regras da convivência democrática.
 - 1.11- Utilizar linguagens tecnológicas em educaao, disponibilizando, na sociedade de comunicaao e informaçao, o acesso democrático a diversos valores e conhecimentos.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

- 1.12- Ensinar e cuidar de alunos na faixa de zero a cinco anos.
- 1.13- Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis  plena realização dos fins educacionais da escola e ao sucesso do processo de ensino-aprendizagem.
- 1.14- Incentivar o aluno a respeitar e preservar o meio ambiente.
- 1.15- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
- 1.16- Trabalhar obrigatoriamente os temas transversais.



ANEXO II - A que se refere o Artigo 8 da presente Lei DENOMINAAO DO EMPREGO Professor Educaçao Básica I – Ensino Fundamental

Atribuioes

1. – Docencia no Ensino Fundamental nos anos iniciais, incluindo, entre outras, as seguintes atribuioes:

1.1 - Exercer atividades de planejamento do ano letivo, discutindo a proposta da escola, participando da definiçao da proposta pedagogica, fixando metas, definindo objetivos e cronogramas e selecionando conteudos.

1.2 - Preparar aulas, pesquisando e selecionando materiais e informaçoes.

1.3 – Diagnosticar a realidade dos alunos e avaliar seu conhecimento, acompanhando o processo de desenvolvimento dos alunos e aplicando instrumentos de avaliaçao.

1.4 - Interagir com a comunidade escolar, buscando conscientiza-la sobre temas fundamentais para a cidadania e a qualidade de vida.

1.5 - Cumprir plano de trabalho segundo a Proposta Pedagogica da Escola.

1.6 - Ministras aulas ensinando os alunos com tecnicas de alfabetizaao, expressao artística e corporal.

1.7 - Zelar pela aprendizagem dos alunos.

1.8 - Estabelecer e implementar estrategias de recuperaao para os alunos de menor rendimento.

1.9 - Colaborar com as atividades de articulaao da escola com as familias e a comunidade.

1.10 - Desenvolver suas atividades de forma individual e em equipe.

1.11 - Incumbir-se das demais tarefas indispensaveis  plena realizaao dos fins educacionais da escola e ao sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

1.12 - Trabalhar obrigatoriamente os temas transversais.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

ANEXO II - A que se refere o Artigo 8 da presente Lei DENOMINAO DO EMPREGO Professor Educao Básica II

Atribuies

26

1 – Docência no Ensino Fundamental em classes dos anos finais, incluindo entre outras, as seguintes atribuies:

1.1 – exercer atividades de planejamento do ano letivo, discutindo a proposta da escola, participando da definio da proposta pedagógica, fixando metas, definindo objetivos, cronogramas e selecionando conteúdos.

1.2 – preparar aulas, pesquisando, selecionando materiais e informaes.

1.3 - cumprir plano de trabalho segundo a Proposta Pedagógica da Escola.

1.4 - Promover a educao dos (as) alunos (as) por intermédio dos seguintes componentes curriculares: língua portuguesa, matemática, ciências naturais, geografia, história, arte, educao física, línguas estrangeiras modernas e informática educacional.

1.5 - planejar cursos, aulas e atividades escolares.

1.6 – avaliar o processo de ensino-aprendizagem e seus resultados.

1.7 – registrar práticas escolares de caráter pedagógico.

1.8 - desenvolver atividades de estudo.

1.9 - participar das atividades educacionais e comunitárias da escola: para o desenvolvimento das atividades e mobilizando um conjunto de capacidades comunicativas.

1.10 - Estabelecer e implementar estratégias de recuperao para os alunos de menor rendimento.

1.11 - Cumprir os dias letivos e horas aula estabelecidas.

1.12 - Colaborar com as atividades de articulao da escola com as famílias e a comunidade.

1.13 - Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis  plena realizao dos fins educacionais da escola e ao sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

1.14 - Trabalhar obrigatoriamente os temas transversais.



ANEXO II - A que se refere o Artigo 8 da presente Lei DENOMINAAO DO EMPREGO Professor Educaçao Básica II – Educaçao Especial

Atribuioes

27

1- Docência em classes de Atendimento Educacional Especial desenvolvendo competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar, apoiar a implementaçao de estrategias de flexibilizaao, adaptaao curricular, procedimentos didáticos e praticas alternativas adequadas ao atendimento das mesmas, bem como trabalhar em equipe, incluindo entre outras as seguintes atribuioes:

1.1 – Participar da elaboraçao da proposta pedagógica da escola.

1.2 - Preparar aulas, pesquisando e selecionando materiais e informaçoes.

1.3 - Elaborar plano de trabalho que contemple as especificidades da demanda existente na unidade, atendidas as novas diretrizes de educaao especial.

1.4 – Integrar os conselhos de classes/ciclos/séries e participar das de trabalho pedagógico coletivo e outras atividades programadas pela escola/ município.

1.5 - Orientar a equipe escolar quanto aos procedimentos e estrategias de inclusao dos alunos nas classes comuns.

1.6- Ministras aulas em classes de Portadores de Deficiência visando auferir-lhe conhecimentos, bem como integraao social.

1.7- Elaborar o plano de aula, selecionando o assunto, o material didático a ser utilizado, com base nos objetivos fixados, para obter melhor rendimento do ensino.

1.8 - Ministras as aulas, transmitindo aos alunos conhecimentos de conformidade com o tipo e grau de deficiência, aplicando-lhes testes adequados e outros métodos usuais de avaliaçao, baseando-se nas atividades desenvolvidas e na capacidade da classe, para verificar o aproveitamento do aluno.

1.9 – Elaborar boletins de controle e relatórios, apoiando-se na observaao do comportamento e desempenho dos alunos e anotando atividades efetuadas, para manter um registro atualizado que permita dar informaçoes  diretoria da escola e pais.

1.10 - Organizar e promover solenidades comemorativas, jogos, trabalhos manuais para ativar o interesse dos alunos pelos acontecimentos histórico-sociais da pátria.

1.11- Manter estreita relaao com demais profissionais do município: Psicólogo Fonoaudiólogo e Assistente Social.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

1.12- Atuar nas salas de recursos atendendo alunos individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, em horário diferente daquele em que freqüentem a classe comum.

1.13 - Trabalhar obrigatoriamente os temas transversais.



DENOMINAO DO EMPREGO

Professor Substituto de Educao Básica I e Professor Substituto de Educao Básica II **Atribuies**

- 1- Substituir os impedimentos do titular de cargo/emprego em suas faltas;
- 1.1- Elaborar atividades da sua área de atuao, assegurando a articulao com as demais programaes didáticas desenvolvidas nos componentes curriculares;
- 1.2- Participar do processo de integrao Escola-Família-Comunidade;
- 1.3- Acompanhar a execuo da Proposta Pedagógica e do Plano de Gestão e a interao do corpo docente em relao a objetivos, conteúdos programáticos, estratégias e critérios de avaliao e de recuperao;
- 1.4- Auxiliar os alunos com defasagem de aprendizagem, auxiliando nas aulas de reforço da aprendizagem;
- 1.5- Selecionar e confeccionar o material didático a ser utilizado valendo-se de sua capacidade ou sob orientao pedagógica, de forma a facilitar o processo de ensino e aprendizagem;
- 1.6- Interar-se do plano pedagógico de ao, de caráter flexível, de acordo com as carências e potencialidades de cada aluno, para obter melhores respostas nas formas de ensino ministrado;
- 1.7- Elaborar Planejamento de substituio conforme orientaes recebidas, mantendo atualizados os registros e organizando sua rotina diária;
- 1.8- Ministras aulas, transmitindo através da adaptao dos métodos regulares de ensino, do uso da leitura, conhecimentos assistemáticos da comunicao escrita e verbal, do meio geográfico-social, de habilidades fundamentais  sua integrao no meio ambiente;
- 1.9- Colaborar com todas as atividades desenvolvidas na Unidade Escolar;
- 1.10- Proceder com distino, tica e cortesia assumindo postura profissional no exercício de sua funo docente;
- 1.11- Cumprir normas e orientaes emanadas das instâncias superiores;
- 1.12- Participar das reuniões e atividades promovidas pela Unidade Escolar;
- 1.13- Auxiliar na elaborao e aplicao das provas para avaliao dos alunos conforme orientaes recebidas;
- 1.14- Desempenhar tarefas administrativas diretamente ligadas  docência;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

- 1.15- Acompanhar os alunos em atividades extraclasse e sociais ou culturais programadas pela unidade;
- 1.16- Proceder com distinção, tica e cortesia assumindo postura profissional no exercício de sua função docente;
- 1.17- Auxiliar a Equipe Gestora da Unidade Escolar na Orientação Educacional;
- 1.18- Cumprir outras tarefas didático-pedagógicas que lhe forem cometidas pela Equipe Gestora.



ANEXO II - A que se refere o Artigo 8 da presente Lei DENOMINAO DO CARGO EM COMISSÃO

Diretor de Escola

Atribuições

1. – Atividades de suporte pedagógico direto  docência na Educação Básica, voltadas para planejamento, administração, orientação e inspeção escolar, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:
 - 1.1 – Acompanhar e participar da elaboração e a execução da Proposta Pedagógica da Escola.
 - 1.2- Administrar o pessoal, os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista a plena realização de seus objetivos pedagógicos.
 - 1.3- Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aula estabelecidas.
 - 1.4- Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente.
 - 1.5 – Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento.
 - 1.6 – Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.
 - 1.7 – Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da Proposta Pedagógica da Escola.
 - 1.8 – Acompanhar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional.
 - 1.9 – Acompanhar, com o Vice Diretor de Escola, o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias.
 - 1.10- Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do Sistema Municipal de Ensino e da escola.
 - 1.11- Acompanhar e supervisionar o funcionamento da escola, zelando pelo patrimnio, pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino.
 - 1.12- Trabalhar obrigatoriamente os temas transversais.
 - 1.13- Manter a disciplina e o bom relacionamento entre Prefeitura, servidores, pais e alunos.
 - 1.14- Incentivar os pais, professores, alunos e funcionários a participarem de projetos propostos pela Prefeitura Municipal.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

ANEXO II - A que se refere o Artigo 8 da presente Lei DENOMINAO DA FUNO DE CONFIANÇA Vice - Diretor de Escola

Atribuições

1 – Atividades de suporte pedagógico direto  docência na Educação Básica, voltadas para planejamento, administração, orientação, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

- 1.1 – Responder pela Direção da Escola no horário que lhe  confiado;
- 1.2 – Substituir o Diretor de Escola em suas ausências e impedimentos, obedecendo ao seu rol de atividades;
- 1.3 – Assessorar o Diretor de Escola no desempenho das atribuições que lhe são próprias;
- 1.4 – Colaborar nas atividades relativas ao setor pedagógico, na manutenção e conservação do prédio e mobiliário escolar;
- 1.5 – Supervisionar o controle, recebimento e distribuição da merenda escolar;
- 1.6 – Participar de estudos e deliberações que afetem o processo educacional;
- 1.7 – Colaborar com o Diretor de Escola no cumprimento dos horários dos docentes, discentes e funcionários;
- 1.8 – Executar tarefas correlatas às acima descritas e as que forem determinadas pelo superior imediato;



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

ANEXO II - A que se refere o Artigo 8 da presente Lei DENOMINAO DA FUNO DE CONFIANÇA Assessor Técnico Pedagógico

Atribuies

33

1. – Atividades de suporte pedagógico direto  docência na Educao Básica, voltadas para planejamento, execuo, acompanhamento, controle e avaliao das atividades curriculares no âmbito escolar e na Secretaria Municipal de Educao, incluindo, entre outras, as seguintes atribuies:

1.1 – Orientar e coordenar a elaborao da Proposta Pedagógica na unidade escolar e junto as unidades escolares, a fim de contribuir para o planejamento eficaz do Sistema Municipal de Ensino.

1.2 – Elaborar a programao das atividades de sua área de atuao, assegurando sua articulao com as atividades de apoio técnico-pedagógico.

1.3 – Acompanhar, controlar e avaliar o desenvolvimento da programao de currículo, para assegurar a eficiência do processo educativo.

1.4 – Prestar assistência técnica e pedagógica aos professores visando assegurar a eficiência e eficácia do desempenho dos mesmos para melhoria da qualidade de ensino.

1.5 – Orientar o planejamento das horas-atividade realizadas nas escolas.

1.6 – Propor e coordenar atividades de aperfeiçoamento e atualizao de professores para manter um bom nível no processo educativo.

1.7 – Estabelecer, implementar e acompanhar as atividades de reforço/recuperao para os alunos com rendimento insatisfatório.

1.8 – Acompanhar com o Diretor de Escola o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaborao com os docentes e as famílias.

1.9 – Elaborar ocorrências pedagógicas.

1.10 – Assegurar material didático-pedagógico a todos os docentes da sua atividade escolar.

1.11 – Articular e garantir o trabalho coletivo na escola.

1.12 – Elaborar, acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do Sistema Municipal de Ensino e da escola em relao a aspectos pedagógicos e didáticos.

1.13 – Avaliar os resultados das atividades pedagógicas, examinando fichas, relatórios, analisando conceitos emitidos sobre alunos, ndice de reprovaes, cientificando-se dos problemas surgidos, para aferir a



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

eficácia do processo de ensino no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

1.14 – Assegurar o fluxo de informações entre as unidades escolares e a Secretaria Municipal de Educação.

1.15 – Interpretar a organização técnico-pedagógica do Sistema Municipal de Ensino para a comunidade.

1.16 – Realizar estudos e pesquisas relacionadas  sua área de atuação, visando garantir a qualidade e a equidade do Sistema Municipal de Ensino.

1.17 – Fazer sondagem da aprendizagem dos alunos.



ANEXO II - A que se refere o Artigo 8 da presente Lei DENOMINAAO DO EMPREGO Supervisão de Ensino

Atribuioes

1. – Atividades de suporte pedagógico voltado para supervisão, assessoramento, orientao, acompanhamento e inspeo escolar, incluindo, entre outras, as seguintes atribuioes:
 - 1.1 – Orientar o acompanhamento, o controle e a avaliao das Propostas Pedagógicas das Escolas do Sistema Municipal de Ensino.
 - 1.2 – Assegurar a constante retro informao às Propostas Pedagógicas das Escolas de sua área de atuao.
 - 1.3 – Assessorar, tecnicamente, os diretores sobre a elaborao, execuo e avaliao das Propostas Pedagógicas e projetos referentes às suas unidades escolares.
 - 1.4 – Compatibilizar os projetos da área administrativa e técnico-pedagógicos, a nível interescolar, com a Secretaria Municipal de Educao.
 - 1.5 – Analisar os dados relativos às escolas que integram a Secretaria Municipal de Educao e elaborar alternativas de soluço para os problemas específicos de cada nível e modalidade de ensino.
 - 1.6 – Cumprir e fazer cumprir as disposioes legais relativas  organizao pedagógica e administrativa das escolas, bem como as normas e diretrizes emanadas de órgãos superiores.
 - 1.7 – Garantir o fluxo recíproco das informaçoes entre as unidades escolares e a Secretaria Municipal de Educao, através de visitas regulares e de reunioes com seus diretores e professores.
 - 1.8 – Diagnosticar quanto  necessidade e oportunidade de oferecer cursos de aperfeiçoamento e atualizao dos recursos humanos que integram a Secretaria Municipal de Educao.
 - 1.9 – Dar parecer, realizar estudos e desenvolver atividades relacionadas  supervisão de ensino.
 - 1.10 – Colaborar na difusão e implementao de projetos e programas elaborados pelos órgãos superiores.
 - 1.11 – Aplicar instrumentos de análise para avaliar o desempenho global do Sistema Municipal de Ensino, nos seus trabalhos administrativos e pedagógicos.
 - 1.12 – Assessorar a Secretaria Municipal de Educao em sua programo global e nas suas tarefas administrativas e pedagógicas.



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

ANEXO III

A que se refere o  1 do Art. 12 da Presente Lei Complementar
TABELA – Atividades com Alunos e Planejamento

Total de Atividades Semanal	Atividades com Alunos	HTPC	HTPL
9	6	2	1
10	7	2	1
11	8	2	1
12	8	2	2
13	9	2	2
14	10	2	2
15	10	2	3
16	11	2	3
17	11	2	4
18	12	2	4
19	13	2	4
20	14	2	4
21	14	2	5
22	15	2	5
23	15	2	6
24	16	2	6
25	17	2	6
26	18	2	6
27	18	2	7
28	19	2	7
29	20	2	7
30	20	2	8
31	21	2	8
32	22	2	8
33	23	2	9
34	23	2	9
35	24	2	9
36	24	2	10
37	25	2	10
38	26	2	10
39	26	2	11
40	27	2	11



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

ANEXO IV

QUADRO DOS CARGOS EM COMISSÃO, DE EMPREGOS PUBLICOS E FUNO DE CONFIANÇA

N.DE EMPREGOS/ FUNOES	DENOMINAO	PROVIMENT O	REMUNERAO
60	PROFESSOR DE EDUCAO BÁSICA I – INFANTIL	EFETIVO – CONCURSO PUBLICO	VIDE TABELA – ANEXO V
20	PROFESSOR DE EDUCAO BÁSICA I - INFANTIL SUBSTITUTO	EFETIVO – CONCURSO PUBLICO	VIDE TABELA – ANEXO V
80	PROFESSOR DE EUCAO BASICA I- FUNDAMENTAL	EFETIVO – CONCURSO PUBLICO	VIDE TABELA – ANEXO V
40	PROFESSOR DE EUCAO BASICA I- FUNDAMENTAL – SUBSTITUTO	EFETIVO – CONCURSO PUBLICO	VIDE TABELA – ANEXO V
85	PROFESSOR DE EUCAO BASICA II	EFETIVO – CONCURSO PUBLICO	VIDE TABELA – ANEXO V
20	PROFESSOR DE EUCAO BASICA II- SUBSTITUTO	EFETIVO – CONCURSO PUBLICO	VIDE TABELA – ANEXO V
5	SUPERVISOR DE ENSINO	EFETIVO – CONCURSO PUBLICO	VIDE TABELA – ANEXO V
15	DIRETOR DE ESCOLA	CARGO EM COMISSÃO	R\$ 5.096,17
15	VICE DIRETOR DE ESCOLA	FUNO DE CONFIANÇA	R\$ 3.980,05
15	ASSESSOR TÉCNICO- PEDAGOGICO	FUNO DE CONFIANÇA	R\$ 4.632,89



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

ANEXO V - Tabela de Vencimentos – Empregos de Provimento Efetivo

VALOR HORA DE TRABALHO e MENSALISTA							
REF/GRAU	FAIXA	A	5% de A	10% de A	15% de A	20% de A	25% de A
PEB I - Infantil Substituto 25 horas - 112,5 mensais	I	R\$ 12,93	R\$ 13,58	R\$ 14,23	R\$ 14,87	R\$ 15,52	R\$ 16,17
	II	R\$ 14,23	R\$ 14,94	R\$ 15,65	R\$ 16,36	R\$ 17,07	R\$ 17,78
	III	R\$ 15,52	R\$ 16,30	R\$ 17,07	R\$ 17,85	R\$ 18,63	R\$ 19,40
	IV	R\$ 16,81	R\$ 17,65	R\$ 18,50	R\$ 19,34	R\$ 20,18	R\$ 21,02
	V	R\$ 18,11	R\$ 19,01	R\$ 19,92	R\$ 20,82	R\$ 21,73	R\$ 22,63
PEB I - Fundamental Substituto 30 horas - 135 mensais	I	R\$ 12,93	R\$ 13,58	R\$ 14,23	R\$ 14,87	R\$ 15,52	R\$ 16,17
	II	R\$ 14,23	R\$ 14,94	R\$ 15,65	R\$ 16,36	R\$ 17,07	R\$ 17,78
	III	R\$ 15,52	R\$ 16,30	R\$ 17,07	R\$ 17,85	R\$ 18,63	R\$ 19,40
	IV	R\$ 16,81	R\$ 17,66	R\$ 18,50	R\$ 19,34	R\$ 20,18	R\$ 21,02
	V	R\$ 18,11	R\$ 19,01	R\$ 19,92	R\$ 20,82	R\$ 21,73	R\$ 22,64
PEB II - Fundamental Substituto 30 horas - 135 mensais	I	R\$ 13,69	R\$ 14,38	R\$ 15,06	R\$ 15,75	R\$ 16,43	R\$ 17,12
	II	R\$ 15,06	R\$ 15,82	R\$ 16,57	R\$ 17,32	R\$ 18,08	R\$ 18,83
	III	R\$ 16,43	R\$ 17,26	R\$ 18,08	R\$ 18,90	R\$ 19,72	R\$ 20,54
	IV	R\$ 17,80	R\$ 18,69	R\$ 19,58	R\$ 20,47	R\$ 21,36	R\$ 22,25
PEB I – Infantil 25 horas - 112,5 mensais	I	R\$ 16,85	R\$ 17,69	R\$ 18,53	R\$ 19,37	R\$ 20,22	R\$ 21,06
	II	R\$ 18,53	R\$ 19,46	R\$ 20,38	R\$ 21,31	R\$ 22,24	R\$ 23,16
	III	R\$ 20,22	R\$ 21,23	R\$ 22,24	R\$ 23,25	R\$ 24,26	R\$ 25,27
	IV	R\$ 21,90	R\$ 23,00	R\$ 24,09	R\$ 25,19	R\$ 26,28	R\$ 27,38
	V	R\$ 23,59	R\$ 24,76	R\$ 25,94	R\$ 27,12	R\$ 28,30	R\$ 29,48
PEB I - Fundamental 30 horas - 135 mensais	I	R\$ 16,85	R\$ 17,69	R\$ 18,53	R\$ 19,37	R\$ 20,22	R\$ 21,06
	II	R\$ 18,53	R\$ 19,46	R\$ 20,38	R\$ 21,31	R\$ 22,24	R\$ 23,16
	III	R\$ 20,22	R\$ 21,23	R\$ 22,24	R\$ 23,25	R\$ 24,26	R\$ 25,27
	IV	R\$ 21,90	R\$ 23,00	R\$ 24,09	R\$ 25,19	R\$ 26,28	R\$ 27,38
	V	R\$ 23,59	R\$ 24,76	R\$ 25,94	R\$ 27,12	R\$ 28,30	R\$ 29,48
PEB II - Fundamental 30 horas - 135 mensais	I	R\$ 20,08	R\$ 21,09	R\$ 22,09	R\$ 23,09	R\$ 24,10	R\$ 25,10
	II	R\$ 22,09	R\$ 23,19	R\$ 24,30	R\$ 25,40	R\$ 26,51	R\$ 27,61
	III	R\$ 24,10	R\$ 25,30	R\$ 26,51	R\$ 27,71	R\$ 28,92	R\$ 30,12
	IV	R\$ 26,11	R\$ 27,41	R\$ 28,72	R\$ 30,02	R\$ 31,33	R\$ 32,63
Supervisor de Ensino 40 horas	I	R\$ 5.860,60	R\$ 6.153,63	R\$ 6.446,66	R\$ 6.739,69	R\$ 7.032,72	R\$ 7.325,75
	II	R\$ 6.446,66	R\$ 6.768,99	R\$ 7.091,33	R\$ 7.413,66	R\$ 7.735,99	R\$ 8.058,33



Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
III	7.032,72	7.384,36	7.735,99	8.087,63	8.439,26	8.790,90
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
IV	7.618,78	7.999,72	8.380,66	8.761,60	9.142,54	9.523,48

Câmara Municipal de Guará/SP, 23 de maio de 2019.

39

Regina Rodrigues Coelho
Presidente

Fabiana Junqueira Seribeli
1^a Secretária

Valdeir Ponciano da Silva
2^o Secretário